

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 86/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 02 dias do mês de abril de 2013, pelas 17:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### **1. Informações.**

**2. Análise da participação na Conferência Interparlamentar** sobre a questão da coerência das políticas para o desenvolvimento: para um melhor trabalho conjunto do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais, organizada pelo Parlamento Europeu em 23 de abril 2013.

#### **3. Apreciação de pareceres:**

- Proposta de Resolução n.º 53/XII/2<sup>a</sup>- Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Chipre para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Bruxelas, a 19 de novembro de 2012.

Deputado José Lino Ramos (CDS-PP);

- Proposta de Resolução n.º 54/XII/2<sup>a</sup> - Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República do Peru para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, a 19 de novembro de 2012.

Deputado José Lino Ramos (CDS-PP).

#### **4. Distribuição de iniciativas:**

COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Política Europeia de Vizinhança: rumo a uma Parceria reforçada [JOIN(2013)4].

**5. Aprovação das Atas nº 84 e n.º 85**, relativas às reuniões de 19 e 26 de março de 2013.

#### **6. Outros assuntos.**

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 86/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

#### 1. Informações

O Sr. Presidente, Deputado Alberto Martins deu início à reunião informando que iria receber no dia seguinte, 3 de abril, às 10:00, o Embaixador da Ucrânia, por iniciativa do próprio e referiu que qualquer membro da Comissão poderia igualmente participar nesta reunião. Informou ainda que, no mesmo dia, às 11:00, irá participar na Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Vicente Guterres, na Sala de Visitas da Presidente da Assembleia da República.

Propôs que se avançasse para o ponto 3 da Ordem de Trabalhos, tendo de seguida dado a palavra ao Sr. Deputado José Lino Ramos.

#### 3. Apreciação de pareceres

O Sr. Deputado José Lino Ramos (CDS-PP) apresentou conjuntamente os pareceres relativos à Proposta de Resolução n.º 53/XII/2ª- *Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Chipre para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento*, assinada em Bruxelas, a 19 de novembro de 2012 e à Proposta de Resolução n.º 54/XII/2ª - *Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República do Peru para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento*, assinada em Lisboa, a 19 de novembro de 2012.

O Sr. Deputado autor dos pareceres, começou por referir que as duas Convenções representam um contributo importante para a criação de um enquadramento fiscal atualizado e favorável ao desenvolvimento das trocas comerciais e dos fluxos de investimento entre os Estados envolvidos. Realçou o facto de ambas as Convenções se aplicarem às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes e aos impostos sobre o rendimento exigidos em benefício de um Estado Contratante e, no caso de Portugal, também aos exigidos em benefício das suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais, seja qual for o sistema usado para a sua cobrança. São considerados impostos sobre o rendimento todos os impostos incidentes sobre o montante global dos vencimentos ou salários pagos pelas

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 86/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

empresas, bem como os impostos sobre as mais-valias. No caso português, os impostos visados são os seguintes: IRS, IRC e as derramas.

No caso da Convenção entre a República Portuguesa e a República do Peru para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, há um conjunto de regras que visam de forma detalhada eliminar a dupla tributação em Portugal e no Perú.

Concluiu a apresentação referindo que considera que ambas as propostas de resolução estão em condições de ser votadas no Plenário da Assembleia da República.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria de Belém Roseira (PS) cumprimentou o Sr. Deputado pelos pareceres apresentados e perguntou se com o memorando de entendimento acordado com o Chipre se se justifica manter esta Convenção.

O Sr. Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP) subscreveu as palavras da Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria de Belém Roseira e manifestou a sua concordância com todos os esforços para evitar a dupla tributação.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Mónica Ferro (PSD) deu os parabéns ao Sr. Deputado pelos pareceres e disse que estas convenções se inserem no esforço que o Estado português tem feito de forma a permitir uma maior mobilidade dos capitais e concluiu referindo que importa evitar tudo que contribua para a evasão fiscal e combater os paraísos fiscais.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Belém Roseira (PS) esclareceu que a questão que tinha suscitado se prendia com o facto de se tratar de um paraíso fiscal.

O Sr. Deputado Bernardino Soares (PCP) referiu que guardava a posição para a votação em Plenário, mas considerou que havia uma certa ironia no debate desta iniciativa relativa ao Chipre, no momento atual. Disse que a descoberta do paraíso fiscal em Chipre é apenas o resultado do medir de forças entre o capital alemão,

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 86/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

francês e russo. Significa que a intocabilidade da propriedade privada só existe enquanto interessa aos poderosos. Concluiu referindo que, em seu entender, é tão grave taxar os depósitos como cortar os vencimentos.

O Sr. Presidente submeteu os pareceres a votação tendo ambos sido aprovados por unanimidade.

#### **4. Distribuição de iniciativas**

O Sr. Presidente passou de seguida para o ponto 4 da Ordem de Trabalhos, tendo sugerido que a distribuição de iniciativas europeias para escrutínio fosse sujeita às regras de *Hondt*, o que foi aceite, pelo que caberá ao PSD a nomeação de Deputado para elaborar relatório relativo à COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Política Europeia de Vizinhança: rumo a uma Parceria reforçada [JOIN(2013)4].

#### **5. Aprovação das Atas nº 84 e n.º 85**

As atas nº 84 e n.º 85, relativas às reuniões de 19 e 26 de março de 2013, foram aprovadas por unanimidade.

#### **2. Análise da participação na Conferência Interparlamentar sobre a questão da coerência das políticas para o desenvolvimento: para um melhor trabalho conjunto do Parlamento Europeu e dos parlamentos**

O Sr. Presidente informou que se iria realizar no próximo dia 23 de abril uma Conferência Interparlamentar promovida pelo Parlamento Europeu e que a Comissão tinha recebido convite para participar, pelo que importaria definir regras quanto à participação neste tipo de reuniões. Sugeriu que a representação da Comissão fosse plural, pelo que poderiam ser indicados dois Deputados para participarem, e ainda que fosse aplicado o método de *Hondt*.

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 86/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

O Sr. Deputado Bernardino Soares (PCP) manifestou a sua concordância com a proposta apresentada pelo Sr. Presidente, de a delegação ser composta por dois Deputados e com a aplicação do método de *Hondt*, mas sugeriu que a delegação nunca fosse composta por elementos do mesmo grupo parlamentar, nem ambos da maioria ou da oposição. Defendeu ainda que deveria haver alguma flexibilidade, pelo que, caso um elemento de um grupo parlamentar não possa participar numa determinada reunião, possa ser substituído por outro e participar na vez seguinte.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria de Belém Roseira (PS) disse que seria interessante ponderar a utilização de videoconferência pois permitiria uma participação mais alargada e sem custos. Mesmo que se decidisse enviar uma delegação, os restantes membros da Comissão poderiam assistir e participar na Conferência.

O Sr. Presidente sugeriu que o método de *Hondt* se aplicaria a partir de agora. Quanto à sugestão da Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria de Belém, com a qual concorda, poderia ser transmitida pelos membros da Comissão que participassem na Conferência.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Mónica Ferro (PSD) disse que embora reconheça que representa um esforço financeiro importante para a Comissão, este debate é importante e útil.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) começou por pedir desculpa por ter chegado atrasado, mas encontrava-se na reunião da CAE a debater justamente esta matéria. Cresceram no quadro europeu as conferências e reuniões interparlamentares, embora importe ter noção da sua utilidade. O relatório da reunião PESC/PCSD, que irá ser apresentado numa próxima reunião, reflete bem esta situação pois perdeu-se um dia a debater a forma como se irá trabalhar, pelo que considera que importa rever a participação nestes fóruns. Independentemente da deliberação que for tomada quanto a esta Conferência, importa analisar a proliferação deste tipo de reuniões e a participação da Comissão pelo que subscreve inteiramente a sugestão da Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria de Belém Roseira.

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 86/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

Concluiu considerando que a proliferação destas Conferências e reuniões interparlamentares representa uma entropia na arquitetura institucional da UE.

O Sr. Deputado Basílio Horta (PS) manifestou concordância com os oradores anteriores e referiu ainda que a matéria desta Conferência é extremamente técnica. Portugal não tem grande experiência em termos de coerência dos vários critérios de ajuda pública ao desenvolvimento, pelo que a participação implica uma preparação técnica muito exigente.

O Sr. Presidente sintetizou as conclusões do debate realizado, considerando que, sem prejuízo de se apresentar a sugestão de realização de Conferências por videoconferência e a mudança de horas da sua realização, permitindo que as delegações compareçam sem necessidade de pernoitar no país organizador, a Comissão irá participar através de delegação constituída por um Deputado do PSD e outro do PS, em obediência ao método de *Hondt* que se aplicará a partir de hoje.

#### **6. Outros assuntos**

O Sr. Presidente informou que iria ser distribuído o Relatório da participação da Assembleia da República na II Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD), que se realizou em Dublin, Irlanda, nos dias 24 e 25 de março de 2013, para ser apresentado pelos Srs. Deputados que participaram em representação da Comissão, e analisado na reunião de 16 de abril.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) informou que encontrou o Sr. Embaixador de Portugal na Tunísia que o informou que estará em Portugal entre os dias 25 de abril e 4 de maio e manifestou-se disponível para ser ouvido pela Comissão.

O Sr. Presidente disse que se iria analisar em função dos trabalhos da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS**

**ATA NÚMERO 86/XII/ 2.<sup>a</sup> SL**

Palácio de São Bento, 08 abril 2013.

**O Presidente da Comissão**

**(Alberto Martins)**



## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ATA NÚMERO 86/XII/ 2.<sup>a</sup> SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins  
Ângela Guerra  
Basílio Horta  
Bernardino Soares  
Carlos Páscoa Gonçalves  
Helena Pinto  
José Lino Ramos  
Laurentino Dias  
Maria de Belém Roseira  
Maria Gabriela Canavilhas  
Maria Manuela Tender  
Mário Magalhães  
Mónica Ferro  
Nuno Magalhães  
Paulo Pisco  
Pedro Silva Pereira  
Valter Ribeiro  
Adão Silva  
Ferro Rodrigues  
Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria João Ávila

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves  
Maria Ester Vargas  
Maria Paula Cardoso